



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ALMOXARIFADO - SEAL/DMAT/COAD/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11633290/2019-SEAL/DMAT/COAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.013256/2019-51

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de açúcar, adoçante e café para atender as necessidades das Unidades Centralizadas da Polícia Federal, da SR/PF/GO e da SR/PF/DF, conforme quantidades e especificações definidas neste instrumento:

1.1.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO PARTICIPANTE:

a) Órgão gerenciador: COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO/COAD – Brasília/DF. UASG: 200334.

b) Órgão participante 1: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO DF-SR/PF/DF - Brasília/DF. UASG: 200338.

c) Órgão participante 2 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO GOIÁS-SR/PF/GO - Goiânia/ GO. UASG: 200376.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	UASG - Município de entrega	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Adoçante, aspecto físico líquido transparente, ingredientes sucralose, prazo validade 1, tipo dietético, características adicionais bico dosador e frasco com 80 ml. Validade impressa na embalagem, mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega.	407523	Frasco 100ml	200334 – COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO/COAD – BRASÍLIA/DF	114	R\$ 13,09
2	Açúcar cristal, cor branca de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem de 05 (cinco) quilos, conforme ABNT 30. Deve possuir cristais de tamanhos homogêneos brancos, com produção a partir da cana de açúcar, livre de fermentação, isenta de matéria terrosa, parasitas e detritos animais ou vegetais. Com registro da data de fabricação e validade mínima de 12 meses estampadas no	240709	Pacote 5 kg	200334 – COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO/COAD – BRASÍLIA/DF	1.230	R\$ 10,03

	rótulo da embalagem de 5kg.					
	Açúcar cristal, cor branca de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem de 05 (cinco) quilos, conforme ABNT 30. Deve possuir cristais de tamanhos homogêneos brancos, com produção a partir da cana de açúcar, livre de fermentação, isenta de matéria terrosa, parasitas e detritos animais ou vegetais. Com registro da data de fabricação e validade mínima de 12 meses estampadas no rótulo da embalagem de 5kg.	240709	Pacote 5 kg	200338 – SR/PF/DF – BRASÍLIA/DF	500	R\$ 10,03
3	<p>Café torrado e moído, embalado a vácuo, categoria TRADICIONAL.</p> <p><u>Característica</u>: café em pó homogêneo, torrado e moído, constituído de 100% café arábica, podendo ser adicionado até 20% de café conillon, possuir no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos) e isento do gosto Rio</p> <p><u>Zona;Acondicionamento:</u> Embalagem a vácuo, em pacotes de 500 g (quinhentos gramas) acondicionados em fardos ou caixas com capacidade para 5 Kg (cinco quilogramas) cada, constando nas embalagens individuais e nos fardos/caixas, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto;</p> <p><u>Característica Sensorial Recomendável e Nota Global da Bebida</u>: sabor e aroma característico do produto, podendo ser suave a moderado, obter, nota de Qualidade Global mínima de 4.5 pontos na escala sensorial do café e teor no máximo de 1% de impurezas. A marca deve possuir certificação no PQC – programa de qualidade do café, da ABIC ou laudo de avaliação sensorial e de microscopia do café</p>	217366	Pacote 500g	200334 – COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO/COAD – BRASÍLIA/DF	6.434	R\$ 11,41

	emitido por laboratório especializado.					
	<p>Café torrado e moído, embalado a vácuo, categoria TRADICIONAL.</p> <p><u>Característica</u> : café em pó homogêneo, torrado e moído, constituído de 100% café arábica, podendo ser adicionado até 20% de café conillon, possuir no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos) e isento do gosto Rio</p> <p>Zona;<u>Acondicionamento</u>: Embalagem a vácuo, em pacotes de 500 g (quinhentos gramas) acondicionados em fardos ou caixas com capacidade para 5 Kg (cinco quilogramas) cada, constando nas embalagens individuais e nos fardos/caixas, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto;</p> <p><u>Característica Sensorial Recomendável e Nota Global da Bebida</u>: sabor e aroma característico do produto, podendo ser suave a moderado, obter, nota de Qualidade Global mínima de 4.5 pontos na escala sensorial do café e teor no máximo de 1% de impurezas. A marca deve possuir certificação no PQC – programa de qualidade do café, da ABIC ou laudo de avaliação sensorial e de microscopia do café emitido por laboratório especializado.</p>	217366	Pacote 500g	200338 – SR/PF/DF – BRASÍLIA/DF	4.000	R\$ 11,41
4	<p>Café torrado e moído, embalado a vácuo, categoria TRADICIONAL.</p> <p><u>Característica</u> : café em pó homogêneo, torrado e moído, constituído de 100% café arábica, podendo ser adicionado até 20% de café conillon, possuir no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos) e isento do gosto Rio</p> <p>Zona;<u>Acondicionamento</u>: Embalagem a vácuo, em</p>	217366	Pacote 500g	200334 – COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO/COAD – BRASÍLIA/DF	3.478	R\$ 11,41

	<p>pacotes de 500 g (quinhentos gramas) acondicionados em fardos ou caixas com capacidade para 5 Kg (cinco quilogramas) cada, constando nas embalagens individuais e nos fardos/caixas, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto;</p> <p><u>Característica Sensorial Recomendável e Nota Global da Bebida:</u> sabor e aroma característico do produto, podendo ser suave a moderado, obter, nota de Qualidade Global mínima de 4.5 pontos na escala sensorial do café e teor no máximo de 1% de impurezas. A marca deve possuir certificação no PQC – programa de qualidade do café, da ABIC ou laudo de avaliação sensorial e de microscopia do café emitido por laboratório especializado.</p> <p>Participação exclusiva ME/EPP (atendimento ao artigo 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006).</p>					
5	<p>Açúcar cristal, cor branca de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem de 05 (cinco) quilos, conforme ABNT 30. Deve possuir cristais de tamanhos homogêneos brancos, com produção a partir da cana de açúcar, livre de fermentação, isenta de matéria terrosa, parasitas e detritos animais ou vegetais. Com registro da data de fabricação e validade mínima de 12 meses estampadas no rótulo da embalagem de 5kg.</p>	240709	Pacote 5 kg	200376 – SR/PF/GO – GOIÂNIA/DF	500	R\$ 10,03
6	<p>Café torrado e moído, embalado a vácuo, categoria TRADICIONAL.</p> <p><u>Característica:</u> café em pó homogêneo, torrado e moído, constituído de 100% café arábica, podendo ser adicionado até 20% de café conillon, possuir no máximo 20%</p>	217366	Pacote 500g	200376 – SR/PF/GO – GOIÂNIA/DF	4.000	R\$ 11,41

<p>PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos) e isento do gosto Rio</p> <p><u>Zona;Acondicionamento:</u></p> <p>Embalagem a vácuo, em pacotes de 500 g (quinhentos gramas) acondicionados em fardos ou caixas com capacidade para 5 Kg (cinco quilogramas) cada, constando nas embalagens individuais e nos fardos/caixas, de forma legível, a data de fabricação e de validade do produto;</p> <p><u>Característica Sensorial Recomendável e Nota</u></p> <p><u>Global da Bebida:</u> sabor e aroma característico do produto, podendo ser suave a moderado, obter, nota de Qualidade Global mínima de 4.5 pontos na escala sensorial do café e teor no máximo de 1% de impurezas. A marca deve possuir certificação no PQC – programa de qualidade do café, da ABIC ou laudo de avaliação sensorial e de microscopia do café emitido por laboratório especializado.</p>					
--	--	--	--	--	--

1.2. Nos termos do Art. 48, III da Lei Complementar N. 123 de 2006 (Atualizada pela LC N. 147/2014), parcela de até 25% (vinte e cinco por cento) dos quantitativos divisíveis deverão ser destinados exclusivamente à ME/EPP/COOP beneficiadas pela LC n. 123/2006.

1.3. *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*

1.4. *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*

1.5. *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.*

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. As especificações técnicas contidas neste Termo estão de acordo com os princípios norteadores da licitação, previstos no Art. 3º da lei 8.666 de 1993, e não direcionam a fornecedor ou marca, tampouco restringem a ampla participação.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de atender as demandas das Unidades Centralizadas da Polícia Federal, visando disponibilizar aos servidores melhores condições para o bom desempenho de suas atividades.

2.2. A quantidade estimada para a aquisição pretendida teve como base o consumo dos materiais nos últimos 12 (doze) meses, demonstrados pelo relatório emitido pelo Sistema e-LOG (Sistema Eletrônico de Logística), em novembro de 2019, e atenderá as demandas advindas das Unidades Centralizadas da PF, sem autonomia financeira, por um período aproximado de 12 (doze) meses, mantendo o estoque regular no Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD.

2.3. Por se tratar de aquisição de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/02, o certame licitatório será realizado por meio de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, que trará maior celeridade ao processo e também ampliará o universo dos potenciais licitantes. A adoção pelo Sistema de Registro de Preços tem como base o inciso I do Art. 3º do Decreto 7892/13: *quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;*

2.4. Em relação aos itens 3, 4 e 6 (café), a exigência que o licitante ofereça um produto que possua selo ABIC ou laudo emitido por laboratório especializado, busca proporcionar condições mínimas de segurança e qualidade para o objeto a ser aceito. Desse modo, quaisquer dos laudos apresentados capazes de atestar a qualidade do produto em questão incrementará qualitativamente a efetiva concorrência e quantitativamente a amplitude da participação.

2.5. Dos critérios de sustentabilidade ambiental:

- a. *que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;*
- b. *que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;*
- c. *ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;*
- d. *que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);*
- e. *a comprovação do disposto no subitem 2.5.1 poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.*

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do instrumento de contrato ou, no caso desta pretendida aquisição, do recebimento/ciência da Nota de Empenho, conforme §4º do art. 62 da Lei 8.666/93, em remessa parcelada, nos seguintes endereços:

- a) Órgão gerenciador: **(Itens 1,2,3 e 4)** - Setor de Almoxarifado/DMAT/COAD, localizado no Setor Policial Sul, Quadra 7, lote 23, no horário das 08h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30h, de segunda a sexta-feira.
- b) Órgão participante 1: **(Itens 2 e 3)** -NAD/SELOG/SR/PF/DF, Superintendência de Polícia Federal no Distrito Federal, localizado no SAIS Quadra 7, lote 23, no Setor Policial Sul, no horário das 09h00 às 12h00 e das 14h30 às 17h30h, de segunda-feira a sexta-feira.
- c) Órgão participante 2: **(Itens 5 e 6)** -Av. Edmundo Pinheiro de Abreu nº. 826, Setor Pedro Ludovico, Goiânia -GO, NAD/SELOG/SR/PF/GO, no horário das 08h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30h, de segunda a sexta-feira.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, procedência e prazo de validade*;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Da utilização da Ata por Órgão ou Entidade não participante:

9.4.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação para órgãos não participantes, mediante anuência do órgão gerenciador e aceitação pelo beneficiário da ata do fornecimento, ressaltando que as obrigações assumidas com o órgão gerenciador e participantes não serão prejudicadas e que serão observadas as condições e regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

9.4.2 As aquisições ou contratações adicionais de que trata o item 9.4 não poderão exceder, por órgão e entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes e estão limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

10. 1. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

12.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.3.1. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.3.3, 13.3.4 e 13.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

13.1. O custo estimado para os itens desta contratação estão previstos no item 1.1 deste Termo de Referência. A estimativa de preços foi obtida com base na média dos valores consultados no site paineldepregos.planejamento.gov.br e a planilha com o orçamento detalhado encontra-se no ANEXO I (item 14) deste instrumento.

13.2. Por se tratar de pregão para registro de preços, não é necessária a previsão de recursos orçamentários, conforme preceitua o inciso IV do art. 8º do Decreto 10.024, de 20 setembro de 2019.

14. **ANEXO**

14.1. ANEXO I - ORÇAMENTO DETALHADO.

Brasília-DF, 08 de abril de 2020.

GERALDO MARCELO A. SANTOS
Chefe do SEAL/DMAT/COAD/DLOG/PF

APROVO o presente Termo de
Referência conforme o disposto
no Art.14 do Dec. 10.024/2019

ROBERVAL RE VICALVI
Diretor da DLOG/PF



Documento assinado eletronicamente por **GERALDO MARCELO AMARAL SANTOS, Chefe de Setor**, em 08/04/2020, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14422235** e o código CRC **678CCE30**.

Referência: Processo nº 08200.013256/2019-51

SEI nº 14422235